



ESCOLA DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
- E M E R J -

PROVA DE SELEÇÃO - CP I

CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DIREITO PARA A CARREIRA DA  
MAGISTRATURA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

**30 DE MAIO DE 2010**

## **I - TEORIA GERAL DO ESTADO E DIREITO CONSTITUCIONAL**

### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

O Pacto de San José da Costa Rica (Convenção Interamericana de Direitos Humanos), de 1969, ratificado pelo Brasil em 1992, somente admite a prisão civil do inadimplente da obrigação alimentar. Dispõe o art. 5º, LXVII, da Constituição de 1988: *Não haverá prisão civil por dívida, salvo a do responsável pelo inadimplemento voluntário e inescusável de obrigação alimentícia e a do depositário infiel.*

Qual o fundamento para a edição da Súmula Vinculante nº25, com o seguinte enunciado: *É ilícita a prisão civil de depositário infiel, qualquer que seja a modalidade do depósito?* **(máximo de 20 linhas)**

### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Comente os termos da Súmula Vinculante nº 10: *Viola a cláusula de reserva de plenário (CF, artigo 97) a decisão de órgão fracionário de tribunal que, embora não declare expressamente a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do poder público, afasta sua incidência, no todo ou em parte.* **(máximo de 20 linhas)**

## **II - DIREITO CIVIL**

### **1ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

CAIO celebrou com a incorporadora CONFIANÇA contrato de promessa de compra e venda de imóvel a prazo, sendo o preço total do negócio jurídico de R\$ 155.00,00 (cento e cinquenta e cinco mil reais), com o pagamento de um sinal de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e financiamento do saldo restante, pela própria ré, a ser quitado em parcelas mensais reajustadas monetariamente conforme contrato firmado entre as partes.

Devido a dificuldades financeiras, CAIO viu-se obrigado a renegociar a dívida por duas vezes. Por conta dos juros cobrados, atualmente, o valor do saldo devedor representa mais do quádruplo do preço do negócio à época de sua celebração e mais do triplo do valor atualizado do imóvel.

Responda em, **no máximo, 20 linhas**: É possível a revisão do contrato à luz das disposições concernentes à teoria geral dos contratos? O contrato de financiamento (e respectivas renegociações) atende sua função social? Os encargos cobrados pela incorporadora importam em onerosidade excessiva? Fundamente, indicando os dispositivos legais pertinentes.

## **2ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

Como se constitui uma servidão de passagem, também conhecida como servidão de trânsito? Estabeleça a diferença entre servidão de passagem e passagem forçada. **(máximo de 20 linhas)**

### **III - DIREITO PROCESSUAL CIVIL**

#### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

CAIO promove uma demanda em face do Estado do Rio de Janeiro, perante um dos Juizados Especiais Fazendários, postulando a condenação do mesmo ao ressarcimento de danos, em valor equivalente a sessenta salários mínimos.

O ente público apresenta defesa, aduzindo exclusivamente a incompetência absoluta do Juizado Especial Fazendário, uma vez que, de acordo com o art. 3º, inciso I, da Lei nº 9.099/95, o Juizado Especial apenas é competente para as causas cujo valor não exceda a quarenta vezes o salário mínimo.

Indaga-se: esta defesa deve ser acolhida? **(máximo de 20 linhas)**

#### **2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

O que vem a ser a teoria da carga dinâmica do ônus da prova? **(máximo de 20 linhas)**

#### **3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Caio promove demanda em face de Tício, postulando que o demandado lhe seja condenado a pagar danos morais e danos materiais. Os dois pedidos foram, contudo, julgados improcedentes pelo magistrado de 1º instância. Desta decisão, o demandante interpõe recurso de apelação, que não foi admitido sob a única justificativa de que a sentença se encontra em perfeita conformidade com súmulas do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Indaga-se:

- a) correto o fundamento utilizado pelo magistrado?
- b) existe algum meio processual para impugnar esta decisão de não recebimento da apelação? Em caso afirmativo, qual seria?

**(máximo de 20 linhas)**

### **IV - DIREITO EMPRESARIAL**

#### **1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)**

Uma sociedade de nacionalidade espanhola é titular de duas marcas de produto, sendo uma de alto renome e outra notoriamente conhecida. A marca de alto renome é utilizada em produtos de beleza, como cosméticos, maquiagem e loções; a marca notoriamente conhecida é utilizada em artigos de vestuário de luxo para homens. Uma sociedade brasileira passou a fabricar artigos para esportes náuticos e empregou a marca de alto renome da sociedade espanhola; outra sociedade brasileira, também do ramo de náutica, identificou seus produtos com a marca notoriamente conhecida.

Pergunta-se: É possível a sociedade espanhola impedir a utilização de ambas as marcas pelas sociedades brasileiras? Com base em quais fundamentos, legal e principiológico? **(máximo de 20 linhas)**.

## 2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

A sociedade anônima Centre Sud Participações S/A e suas controladas, quatro sociedades anônimas e duas limitadas, decidiram celebrar convenção de grupo para adotar estratégias conjuntas e integradas de atuação, visando aumentar a participação no mercado e otimizar os resultados. Acionistas minoritários de uma das companhias controladas consultam sobre efeitos decorrentes da celebração da convenção, caso a mesma venha a ser aprovada.

Os pontos da consulta são os seguintes:

- a) qual o *quorum* para aprovação da convenção e o órgão competente para tal deliberação?
- b) é possível aos acionistas minoritários que se absterem de votar na deliberação sobre a convenção pleitear o reembolso?
- c) a quem caberá a representação das sociedades participantes?
- d) a constituição do grupo alterará necessariamente o objeto social da sociedade anônima controlada?

Responda cada item separadamente com amparo legal. **(máximo de 20 linhas)**

## V - DIREITO PENAL

### 1ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Em que se distingue e em que se assemelha o erro da pessoa, do aberratio ictus? **(máximo de 20 linhas)**

### 2ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Uma norma penal em branco pode admitir ultra-atividade? Por quê? **(máximo de 20 linhas)**

### 3ª. QUESTÃO (10 PONTOS)

Pode um homicídio ser, ao mesmo tempo, privilegiado e qualificado? Esclareça dando exemplo. **(máximo de 20 linhas)**

## VI - DIREITO PROCESSUAL PENAL

### 1ª QUESTÃO (10 PONTOS)

Suspensa o processo, em virtude de questão prejudicial obrigatória (CPP, art. 92), o Ministério Público requereu a produção antecipada da prova testemunhal, argumentando que esta prova é sempre urgente, tendo em vista que, além de as pessoas serem mortais, o decurso do tempo faz com que se esqueçam de relevantes aspectos do crime a que assistiram.

Você é o Juiz. De modo fundamentado, diga se defere ou não o pleito ministerial, apontando, inclusive, os dispositivos legais em que se apóia sua resposta. **(máximo de 20 linhas)**

## **2ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

Ministério Público imputou a Polimércio a prática de crime de incêndio e o juiz, ao condená-lo, fixou a importância de R\$ 2.000,00 que deveria pagar à vítima, à guisa de indenização mínima pelos danos que lhe foram causados. Polimércio apelou, querendo a exclusão daquela quantia, apesar do disposto no art. 387, IV, do Código de Processo Penal.

Explique quais os argumentos que Polimércio pode adotar em seu apelo. **(máximo de 20 linhas)**

## **3ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

Trifênia, a quem o Ministério Público imputou a prática de crime de furto, foi absolvida, com base no art. 386, VII, do Código de Processo Penal e, mesmo assim, apelou, querendo que o segundo grau a absolva na forma do inciso I daquele artigo.

Explique se Trifênia tem interesse de recorrer. **(máximo de 20 linhas)**

## **VII - DIREITO DO CONSUMIDOR**

### **- QUESTÃO ÚNICA (10 PONTOS)**

1 – Após dois anos aplicando suas economias em uma Caderneta de Poupança, Eduardo conseguiu juntar uma quantia suficiente para adquirir seu automóvel zero quilômetro. Ocorre que Eduardo, após dois meses da aquisição do veículo, ainda no período de garantia de um ano veiculada na publicidade do carro, decidiu fazer uma viagem com sua família. Acontece que durante a viagem, embora Eduardo estivesse conduzindo o veículo com toda cautela, em velocidade compatível com a permitida na rodovia, a barra de direção quebrou provocando um descontrole inevitável do veículo, ocasionando um atropelamento de Flávia e Sílvia, que seguiam pela calçada do outro lado da via, causando-lhes sérios danos.

É possível a aplicação do Código de Defesa do Consumidor para assegurar às vítimas Flávia e Sílvia o ressarcimento pelos danos sofridos? E Eduardo, merece a tutela do Código de Defesa do Consumidor em relação aos danos sofridos? Responda indicando, se for o caso, a espécie de responsabilidade aplicável à hipótese. **(máximo de 20 linhas)**

## **VIII – LÍNGUA PORTUGUESA**

### **1ª QUESTÃO (20 PONTOS)**

**Elabore uma dissertação argumentativa a respeito do tema proposto. (25 linhas)**

Leia os textos transcritos a seguir:

Texto 1

**Ser humano não pode ser desrespeitado em seu direito mais fundamental**

Paulo Silveira Martins Leão Junior

O mais fundamental de todos os direitos é o direito à vida, pressuposto necessário para o gozo e exercício de todos os demais, tais como liberdade, igualdade, segurança e direitos sociais. Indissociavelmente ligada ao direito à vida está a dignidade própria da condição de ser humano, a “dignidade humana”.

Esses direitos devem acompanhar-nos ao longo de toda a nossa existência ou ciclo vital, que tem início, conforme conhecimento médico-científico consolidado, com a fusão das células germinativas (óvulo e espermatozóide). A partir de então forma-se um novo patrimônio genético (DNA), único e irrepetível, que identifica e constitui o novo ser, designado embrião, que vai se desenvolvendo de modo gradual e contínuo. Desde o começo, como ressalta Petro Perlingieri em *La Persona isuoi diritti*, o embrião tem “uma história, uma idade e também uma dignidade”. No mesmo sentido, Norberto Bobbio destacava que “o direito do concebido é apenas satisfeito permitindo-se o seu nascimento”.

Nenhum de nós é o que é hoje sem ter passado pelas fases existenciais anteriores, pressupostos necessários para a nossa vida no presente. O abortamento provocado interrompe definitivamente o desenvolvimento humano na sua fase intrauterina, impedindo as demais. Em outras palavras, mata intencionalmente um indivíduo no início de sua existência.

Contudo, o ser humano não pode ser desrespeitado em seu direito mais fundamental, qual seja, a vida, nem na dignidade que decorre da sua própria natureza humana, em razão do estágio de seu desenvolvimento ou “idade”. Uma interpretação sistemática do direito vigente em nosso país parece apontar claramente para a plena integração, e não para a exclusão do nascituro.(...)

Especial atenção há de ser dada à mãe, em cujo seio a criança se desenvolve em íntima e necessária relação orgânica e afetiva, mas não parece razoável contrapor ambas, como decorreria de uma argumentação favorável à “legalização” do aborto.

Cabe ao Estado, ao Direito, à sociedade e à família, cada qual em seu âmbito, atuarem em comunhão de esforços na defesa dos direitos fundamentais, para que seja construída uma sociedade verdadeiramente livre, justa e solidária, buscando o bem de todos.

## Texto 2

### **Criminalização empurra incontáveis gestantes à clandestinidade**

Maíra Fernandes

O 3º Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH - 3) reacendeu uma antiga e polêmica discussão, ao propor o apoio do Executivo à aprovação de projeto de lei que descriminalize o aborto. O documento, resultado de diversas conferências realizadas com intensa participação da sociedade civil, encontra-se em perfeita sintonia com os compromissos internacionais assumidos pelo Estado brasileiro, a exemplo da Plataforma de Ação de Beijing (1995), que recomenda a revisão das medidas punitivas aplicadas a mulheres que realizam abortos ilegais.

O tema é referido frequentemente como questão de saúde pública pelo presidente da República e pelo ministro da Saúde. De fato, a criminalização do aborto empurra incontáveis gestantes à clandestinidade e a perigosos procedimentos que podem levá-las – sobretudo as mais pobres – à morte ou à infertilidade.

Estima-se que, anualmente, mais de 1 milhão de brasileiras induzam o aborto e 250 mil procurem o Sistema Único de Saúde, vítimas de complicações decorrentes de abortos inseguros, hoje considerados uma das principais causas de mortalidade materna no país.

Interessante notar, ainda, que o perfil das mulheres que praticam aborto no Brasil está muito longe daquele comumente estigmatizado. Segundo pesquisa divulgada em 2009, realizada pela UnB e pela Uerj, e financiada pelo Ministério da Saúde, a maioria é católica, casada ou unida estavelmente, usuária de método contraceptivo, entre 20 e 29 anos, trabalhadora, escolarizada e mãe de pelo menos um filho.

À exceção de Irlanda e Polônia, na vasta maioria dos países europeus o aborto é permitido. Nos Estados Unidos da América, onde foi legalizado em 1973, praticamente cessaram as mortes e hospitalizações decorrentes de complicações pela prática de aborto. Numa quantidade significativa de países em desenvolvimento (incluindo África do Sul, Colômbia, Índia e México), caminhou-se pela liberalização do procedimento, que apenas sofreu restrições severas nos últimos 13 anos em El Salvador, Nicarágua e Polônia.

É, portanto, em respeito ao direito à vida da gestante que as recomendações do PNDH-3 devem ser mantidas e efetivamente concretizadas. As manifestações de fé, ainda que democraticamente respeitadas, não podem jamais interferir nas políticas de Estado. Menos ainda quando está em jogo a saúde de milhões de mulheres em todo o país.

Tribuna do Advogado. Órgão de divulgação da OAB-RJ. Ano XXXVIII, mar. 2010, n.489, p.15

## **2ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

Leia atentamente o fragmento extraído do Texto 1:

“Contudo, o ser humano não pode ser desrespeitado em seu direito mais fundamental, qual seja, a vida, nem na dignidade que decorre da sua própria natureza humana, em razão do estágio de seu desenvolvimento ou “idade”. Uma interpretação sistemática do direito vigente em nosso país parece apontar claramente para a plena integração, e não para a exclusão do nascituro.”

**Depreende-se do trecho acima:**

- a) o desenvolvimento ou idade do ser humano tem sido usado como argumento favorável ao aborto.
- b) a dignidade, decorrente da natureza humana, é causa para os argumentos favoráveis ao aborto.
- c) o desenvolvimento do ser humano constitui-se em argumento contrário ao aborto.
- d) a dignidade da mãe deve se sobrepor à do nascituro.

Obs: Transcreva a alternativa correta no Caderno de Respostas.

## **3ª QUESTÃO (10 PONTOS)**

Com relação à crase, considere o trecho que se segue:

“De fato, a criminalização do aborto empurra incontáveis gestantes à clandestinidade e a perigosos procedimentos que podem levá-las – sobretudo as mais pobres – à morte ou à infertilidade.”

Os trechos a seguir substituem termos do enunciado anterior. Transcreva, no Caderno de Respostas, a alternativa correta quanto ao emprego da crase e justifique a sua escolha **(máximo 5 linhas)**:

- a) (...) a criminalização do aborto empurra incontáveis gestantes à clandestinidade e à perigosas intervenções ...
- b) (...) a criminalização do aborto empurra incontáveis gestantes a ilegalidade e à perigosos procedimentos....
- c) (...) a criminalização do aborto empurra incontáveis gestantes à ilegalidade e à perigosos procedimentos...
- d) (...) a criminalização do aborto empurra incontáveis gestantes à ilegalidade e a perigosas intervenções...

**BOA SORTE !!!**